

## Resenha bibliográfica 2

### A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo

Castells, Manuel. *A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979. Tradução de Alcir Henriques da Costa.

EGINARDO PIRES

Este livro de Manuel Castells vem somar-se a um conjunto de esforços que têm sido realizados nos últimos anos, em nosso País e no exterior, no sentido de desenvolver análises concretas e aperfeiçoar os recursos teóricos que nos possibilitem compreender mais profundamente o significado e as perspectivas da atual crise do capitalismo.<sup>1</sup>

Segundo seu autor, a redação do livro teve como motivação imediata a necessidade de revisar e desenvolver o marco conceitual que lhe servira de base numa obra anterior sobre a crise norte-americana (p. 15). Tal necessidade tornou-se imperativa diante das repercussões de uma controvérsia recente, que dividiu os teóricos marxistas em dois campos, tendo como objeto as conhecidas proposições de Marx sobre a lei tendencial da queda da taxa de lucro.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Uma das linhas de análise econômica mais interessantes e realistas sobre esta crise é aquela desenvolvida por Antonio Barros de Castro no livro *O Capitalismo Ainda É Aquele* (Rio de Janeiro: Editora Forense, 1979), pp. 126-175. Uma orientação semelhante na teoria das crises foi anteriormente defendida e exposta, entre nós, por Paul Singer. Ver, por exemplo, o artigo "As Contradições do Milagre", in *Estudos Cebrah*, n.º 6 (outubro/dezembro de 1973), pp. 62-69.

<sup>2</sup> Os leitores brasileiros tiveram uma primeira oportunidade de tomar conhecimento deste debate através de um artigo de Guido Mântega, "A Lei da Taxa de Lucro: A Tendência da Queda ou a Queda da Tendência?", in *Estudos Cebrah*, n.º 16 (abril/junho de 1976).

Como este debate constitui o verdadeiro pano de fundo da empresa teórica de Castells, faz-se necessário, a título de preâmbulo para esta resenha, dizer a seu respeito algumas palavras.

Resumiremos assim, esquematicamente, nossa posição: se os defensores da chamada "lei de Marx" (como Cogoy e Yaffe) têm o mérito de procurar recuperar aspectos centrais da construção teórica daquele autor contra determinados abandonos do "marxismo keynesiano", não escapam, no entanto, às armadilhas do dogmatismo, e parecem dispostos a reafirmar a todo custo *qualquer proposição* encontrável em seus textos clássicos; por outro lado, os adversários da lei tendencial (como Hodgson e Sweezy), embora compreendam a necessidade de refletir seriamente sobre os avanços recentes da teoria neo-ricardiana do valor e dela extrair as conclusões que se impõem (no caso de Hodgson), mostrando com razão o que há de indefensável nas tentativas habituais de explicar as crises através daquela lei, perdem de vista a importância estratégica do que está contido na seção pertinente do Livro III de *O Capital* para a análise teórica da *dinâmica secular da acumulação capitalista*.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> O texto mais importante deste debate é o artigo de Geoff Hodgson, "The Theory of the Falling Rate of Profit", in *New Left Review*, n.º 84 (março/abril de 1974). Mas é verdade também que Hodgson se excede em sua aceitação de certas conclusões neo-ricardianas (sobretudo por influência de D. Nuti), chegando ao extremo de negar a possibilidade de tratar o capital como uma grandeza determinada, medida em preços ou em valor-trabalho incorporado, num determinado momento do tempo. Proceder assim, segundo ele, implicaria considerar o capital como uma coisa, esquecendo que se trata de uma relação social (ver Hodgson, *op. cit.*, pp. 66-67). Mas o capital é *também* uma coisa, para o sujeito capitalista, e impõe-se lidar teoricamente com este dado necessário. As dificuldades na mensuração do estoque de capital fixo têm sua raiz, basicamente, no fato de que este contém um certo número de equipamentos velhos, de sucessivas gerações, e, ao contrário de Marx, a abordagem neo-ricardiana vale-se, para estimar o valor destas máquinas, de um método contábil de depreciação *não-linear*, que é o método correto para determinar o preço pelo qual elas seriam negociadas num mercado de "segunda mão", entre empresários capitalistas interessados em operar no mesmo ramo industrial. No entanto, o valor (preço) destas máquinas desgastadas, como proporção do preço de um equipamento recém-produzido, varia *regularmente* com a taxa de lucro, *diminuindo* quando esta última cai. Ver Piero Sraffa, *Producción de Mercancías por Medio de Mercancías* (Barcelona: Editora Oikos-Tau, 1966), Cap. X, pp. 93-105.

Este último ponto é essencial. Poderíamos arriscar-nos a dizer que o quiproquó fundamental, que invalida *parte* da argumentação desenvolvida pelos autores de *ambas* as posições, consiste no fato de que o que está predominantemente em jogo, para eles, é a pertinência da “lei de Marx” como fundamento para a explicação das *crises*.<sup>4</sup> Os movimentos de longo prazo da composição orgânica do capital só ocupam um lugar importante na discussão na medida em que é só nesta perspectiva temporal mais ampla que se torna possível verificar *empiricamente* se a composição orgânica tende ou não a aumentar, conforme “predizem” as versões simplificadas da lei. E, não obstante, mesmo que se recuse a suposta necessidade ou inexorabilidade deste aumento, a lei tendencial, repensada e compreendida essencialmente como consequência lógica principal da teoria do valor-trabalho de Marx, permanece, sob dois pontos de vista, como um elo indispensável e de vital importância de sua construção teórica:

a) enquanto elemento essencial da *teoria do imperialismo* e da exportação de capitais, como indicam os textos clássicos de Hilferding, Lenin e Bukarin (para falar apenas destes); e

b) no confronto crítico da economia política marxista com a teoria econômica conservadora: demolida a função de produção neoclássica na chamada “controvérsia de Cambridge”, os economistas neoclássicos vêem-se privados (quando não “trapaceiam” no jogo) de uma peça que é de um modo geral necessária para a elaboração de “modelos de crescimento”, isto é, da possibilidade de estabelecer, por outra via original e independente daquela sugerida por Marx,

<sup>4</sup> A explicação das crises através da modificação da composição do capital e da consequente queda da taxa de lucro é explicitamente formulada por Marx no “esboço” de *O Capital* (os *Grundrisse*), mas encontra-se apenas sugerida, de modo ambíguo, na seção correspondente de sua obra definitiva. A conclusão mais plausível que se impõe diante desta constatação é a de que, no intervalo de tempo que separa a redação dos dois textos, teriam crescido no espírito de Marx dúvidas quanto à possibilidade de explicar as crises por esta via. Mas é uma conclusão provisória, considerando-se o fato de que o Livro III de *O Capital* foi editado por Engels com base em manuscritos aos quais o próprio Marx não teve tempo suficiente para dar uma forma definitiva. Sobre o trabalho de Engels como editor desta parte da obra de Marx, ver Jerrold Seigel, *Marx's Fate* (Nova Jersey: Princeton University Press, 1978), pp. 336-347.

algum tipo de relação determinada entre o movimento da razão capital/trabalho e o movimento da razão capital/produto.

Não nos estenderemos aqui sobre estes dois pontos. É verdade que eles remetem-nos a problemas de uma evidente complexidade, que por sua importância mereceriam uma reflexão mais atenta, o que poderia, senão desmentir, ao menos retificar parcialmente nossas proposições. No entanto, interessa-nos agora examinar, à luz do próprio texto de Castells, de que modo ele reage teoricamente diante dos resultados do debate a que nos referimos no início desta resenha.

Com o risco de dar uma imagem distorcida do livro e de não fazer justiça à complexidade de sua análise, fixar-nos-emos num assunto de crucial importância para a reflexão sobre o capitalismo atual: a questão de saber se existe ou não uma tendência à elevação da composição orgânica do capital, isto é, ao aumento da razão entre o capital constante (investido na compra de meios de produção) e o capital variável (utilizado para adquirir força de trabalho).

Num espírito antidogmático, Castells começa por nos dizer (grifando ele próprio esta frase) que “na teoria de Marx não há nenhuma parte essencial que prediga explicitamente se, a longo prazo, pesam mais a tendência ou as tendências contrárias” (p. 30). E sua discussão a este respeito é rica e bem informada. No entanto, à medida que avançamos na leitura, começa a se manifestar de modo cada vez mais nítido um viés: a disposição de *salvar*, sobretudo contra a devastação provocada pelo artigo rigoroso e contundente de Hodgson, a concepção predominante segundo a qual “*existe uma tendência estrutural ao aumento da composição orgânica do capital*, como parte da lógica da acumulação capitalista” (p. 88).

Castells exprime este viés não apenas ao manifestar repetidamente um ceticismo exagerado quanto à possibilidade de testar determinadas proposições relacionadas com a economia política marxista através da informação estatística disponível — mas não elaborada para estes fins (pp. 45-46 e 63-64)<sup>5</sup> — como também lançando mão, em

<sup>5</sup> Castells chega ao ponto de afirmar que, “historicamente, só é possível demonstrar a existência de uma tendência secular ao aumento da composição orgânica do capital estudando, em termos de valor, o processo de acumulação em escala mundial” (p. 64). É evidente que a aceitação destes requisitos tornaria absolutamente impraticável qualquer tentativa de submeter à prova dos fatos a

prol de sua tese, de um conjunto de argumentos teóricos e empíricos de extrema fragilidade.

Este é, em primeiro lugar, um argumento teórico geral, cuja substância pode ser resumida como se segue (se o despojarmos das imprecisões presentes no próprio texto de Castells). De acordo com a análise de Marx, o aumento da composição orgânica poderia em princípio ser contrabalançado, ou mesmo invertido, através do barateamento dos componentes do capital constante, que resulta do progresso técnico no Departamento I, produtor de meios de produção. No entanto (na opinião de Castells), isto exige a introdução, no Departamento I, de novas máquinas produtoras de máquinas, mais eficientes do que as antigas. Segundo outra hipótese desnecessária e não demonstrada (indemonstrável), mas também admitida por Castells, estas novas máquinas, por representarem uma inovação, deverão “normalmente” (p. 87) ter um valor superior ao das máquinas preexistentes. E, antes de serem introduzidas na produção, continuarão por algum tempo a ser produzidas com o equipamento antigo, o que as torna mais caras, pois são fabricadas em condições de produtividade inferiores àquelas que elas próprias criam quando finalmente passam a operar como meios de produção. Como estes processos de “curto prazo” se repetem continuamente, a longo prazo haveria uma tendência ao encarecimento do capital fixo e ao aumento da composição orgânica (pp. 35-36 e 87-88).

O argumento se reduz às duas suposições indemonstráveis e não obstante necessárias para que ele se mantenha em pé, isto é, pres-

referida tendência. Mas esta é uma superexigência metodológica inteiramente descabida. Em primeiro lugar, pode-se recorrer a estimativas em *preços*, e não só em valor; a teoria do valor-trabalho, em si mesma, pode ser testada independentemente, com base em informações *distintas* daquelas que são adequadas para formar uma idéia a respeito dos movimentos de longa duração da composição orgânica do capital. E esta última pode eventualmente elevar-se ou diminuir, em escala mundial, à medida que o modo de produção capitalista se expande em direção à sua “periferia”. Mas este último processo é acompanhado por um transplante progressivo (contraditório e relativamente bloqueado) de técnicas geradas nos centros dominantes do sistema capitalista mundial. É, portanto, não só relevante, como de uma importância estratégica, para a discussão em pauta, saber quais são as tendências do “progresso técnico” (da razão capital/produto ou da composição orgânica) em regiões como a Europa Ocidental e os Estados Unidos.

supõe sua própria conclusão. Ignora, ademais, o fato reconhecido pelo próprio Castells em outras passagens: à medida que uma inovação se difunde, tornando obsoletos os velhos equipamentos, ela simultaneamente os *desvaloriza* (pp. 90-91), o que deve ter como efeito também *reduzir* concomitantemente parte do valor-trabalho contido nos produtos (inclusive os equipamentos novos) gerados por este capital fixo preexistente. Qualquer leitor atento de Marx sabe que o valor das mercadorias (máquinas, inclusive) corresponde não ao tempo de trabalho *efetivamente gasto* no passado para sua produção, e sim ao tempo de trabalho *socialmente necessário* (no presente) para produzi-las, segundo as condições médias de eficiência vigentes em cada momento do tempo. A seqüência daqueles “períodos curtos” em que inovações sucessivas se difundem no Departamento I só pode ter como resultado, no longo prazo, uma elevação paulatina deste grau médio de produtividade social na fabricação de equipamentos, tendendo, portanto, a *baratear o capital constante*.

Passemos à argumentação ao nível empírico, que Castells na prática *também aceita* e desenvolve, apesar de suas reservas. No centro da discussão está uma série descontínua de dados anuais sobre a relação capital/produto no setor industrial e no conjunto da economia norte-americana, de fins do século passado até os anos 50 e 60 do século atual. Destes dados (que têm como fonte original os trabalhos de S. H. Mage e J. M. Gillman), Hodgson extraíra a conclusão básica da *inexistência* de qualquer movimento sensível de elevação da composição orgânica a partir da década de 20. Castells os rediscute com a predisposição de chegar à conclusão oposta (pp. 53-57), mas menosprezando, ao fazê-lo, uma dificuldade fundamental: por se tratar de estatísticas anuais, eles refletem flutuações *cíclicas*, inclusive ciclos de curta duração. Em conjunturas recessivas, a razão capital/produto (assim como a razão capital/trabalho) aumenta naturalmente como consequência do desemprego e da queda do grau de utilização da capacidade produtiva instalada. Este fenômeno é *absolutamente distinto* das mudanças da composição orgânica do capital: *na definição de Marx*, estas devem *refletir* (de modo direto ou invertido) mudanças na composição técnica do capital. As variações da razão capital/produto só podem ser tomadas como um indicador do movimento da composição orgânica na me-

dida em que são *corrigidas* para eliminar os efeitos do ciclo e deixar transparecer os movimentos do progresso tecnológico, que são mais lentos e persistentes quanto à sua orientação geral.

Os dados de S. Kuznets também citados por Hodgson minimizam a dificuldade a que nos referimos no parágrafo acima: trata-se de *médias anuais por década*.<sup>6</sup> E, se alguma tendência (estatística) se delinea a partir destes dados, esta é bastante clara: a razão entre o capital e o produto (líquidos) *decrece* na economia norte-americana dos anos 20 aos 60.<sup>7</sup>

Mas Castells vale-se também de outros recursos: apela para dados que atestam (nos Estados Unidos e na França) um aumento da razão *capital/trabalho* (pp. 48-52). Repete, assim, o mesmo equívoco de Cogoy, já devidamente apontado por Hodgson. Quando se trata de utilizar estatísticas convencionais para testar hipóteses sobre os movimentos de longo prazo da composição orgânica, o indicador teoricamente mais adequado é a razão *capital/produto*, e não, como poderia parecer à primeira vista, a razão *capital/trabalho*. Em consequência do método através do qual estes índices são habitualmente construídos, o aumento desta última razão *é em grande parte um mero reflexo contábil do aumento da produtividade física do trabalho*.<sup>8</sup>

<sup>6</sup> Geoff Hodgson, *op. cit.*, p. 73.

<sup>7</sup> Pode-se dizer mais, em consideração aos que só consideram *produtivos* os setores que geram mercadorias, excluindo os serviços: uma tabela do artigo de Hodgson contendo dados mais desagregados elaborados por Kuznets (ver Hodgson, *op. cit.*, p. 74) revela que naqueles ramos de produção como extração de metais e metalurgia, que, numa primeira (e ainda grosseira) aproximação, poderiam ser considerados como representativos do Departamento I, ocorre uma queda drástica da razão *capital/produto* desde o início do século. E quem tenha alguma familiaridade com autores como Bertkiewicz, ou com artefatos teóricos como a curva de lucros-salários neo-ricardiana, sabe que um decréscimo da composição orgânica na produção de meios de produção tende a *eleva*r a taxa de lucro máxima e a *fazer cair* a razão *capital/produto no conjunto* ou *em qualquer subsector* do sistema económico (articulado com o subsector correspondente do Departamento I).

<sup>8</sup> Geoff Hodgson, *op. cit.*, p. 71, nota 37. Ver também Bob Rowthorn, "Late Capitalism", in *New Left Review*, n.º 98 (julho/agosto de 1976), pp. 65-66, ou a tradução brasileira "O Capitalismo Tardio", in *Cadernos de Opinião*, n.º 14 (outubro/novembro de 1979), pp. 43-44.

Resta a Castells ainda um último expediente, para que os números possam exibir um leve aumento da composição orgânica nos Estados Unidos, durante um curto período cuidadosa e arbitrariamente escolhido. A expansão da grande empresa no capitalismo contemporâneo exige o emprego de uma quantidade relativamente grande de pessoas em departamentos de administração, publicidade e promoção de vendas. Seguindo Gillman (p. 62), Castells decide-se heroicamente a considerar os gastos realizados para comprar o "trabalho vivo" destes trabalhadores improdutivos *como fazendo parte do capital constante!* E isto o conduz, segundo suas próprias palavras, à "situação paradoxal de ter de dizer que cada vez se emprega um número maior de gente como 'trabalho morto'" (p. 85), ou seja, em português claro, esta decisão leva-o à aberração teórica de atribuir às despesas com a compra deste trabalho "improdutivo" o mesmo estatuto conceitual do trabalho produtivo passado e "coagulado", como dizia Marx, no estoque de equipamentos.

Voltemo-nos agora para a última parte do trabalho de Castells, onde ele nos expõe sua própria alternativa teórica para a análise das crises no capitalismo contemporâneo. Este esforço teórico tem como inspiração e é guiado por uma preocupação antimecanicista e antieconomicista, a mesma que anos atrás levou um autor não citado por Castells (Étienne Balibar) a escrever que "*a análise da mais-valia é a análise de uma combinação interna de formas determinadas de luta de classes*"<sup>9</sup> e a iniciar o artigo onde aparece uma afirmação com as seguintes palavras: "A teoria científica marxista (materialismo histórico) é uma economia política? Inclui, como uma de suas partes, uma economia política? A estas questões, parece-me necessário, na conjuntura atual, responder claramente: *não.*"<sup>10</sup>

Mesmo que se possa questionar a plena adequação teórica das fórmulas utilizadas, uma orientação fundamentalmente justa se exprime nestas teses, com a condição adicional de que não sirvam de pretexto para menosprezar o exame daquelas relações quantitativas que *também* são relevantes para a análise da dinâmica contraditória

<sup>9</sup> Étienne Balibar, "Plus-Value et Classes Sociales", in *Cinq Études du Matérialisme Historique* (Paris: Maspero, 1974), p. 124.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 105.

da acumulação do capital. Negligências neste terreno podem conduzir a equívocos graves, como temos procurado fazer perceber ao longo deste texto.

Podemos verificar isto sobre mais um ponto, considerando brevemente o modo como Castells expõe sua tentativa de elaborar “um marco explicativo hipotético para o estudo social das crises econômicas no *capitalismo avançado*” (p. 66). Esta construção contém inúmeros elementos interessantes, mas conduz Castells a uma conclusão básica, ou seja, a de que “o processo de luta de classes ao nível da sociedade global determina as características básicas do processo de acumulação” (p. 92), o que dificilmente é aceitável com a significação que seu autor lhe atribui.

Esclareçamos esta objeção, deixando ao leitor o trabalho de avaliar por sua conta o que permanece válido — *apesar do que vamos dizer* — na síntese de Castells. É admissível que a luta de classes tenha um impacto sobre a repartição do produto entre capitalistas e trabalhadores, isto é, sobre a taxa de mais-valia. Mas poderá esta luta (combinada com a concorrência intercapitalista) decidir também, em última instância, a orientação geral do movimento da *composição orgânica do capital*? Pensamos que não. Castells, no entanto, pretende chegar até aí. Assim, *uma* das direções em que ele avança, para atribuir à luta de classes um papel determinante mais amplo, deve ser encarada a nosso ver como ilegítima. Pouco a pouco, malgrado a complexidade da análise, malgrado uma riqueza de fatores considerados que é também *em parte* um sistema de escapatórias diante de certas opções teóricas fundamentais, vai-se infiltrando e sendo *reposta*, em sua exposição, uma velha e simplicíssima idéia. Esta aparece inteira e com todas as letras na mesma página da qual extraímos a última citação acima. Trata-se da conhecidíssima proposição segundo a qual, diante da pressão dos trabalhadores em prol do aumento dos salários, impõe-se como resposta por parte dos capitalistas *a elevação da produtividade através do aumento da composição orgânica do capital*, isto é, através de mudanças tecnológicas poupadoras de trabalho, “que pode(m) propiciar um descenso da taxa de lucro” (p. 92).

Ora, é preciso afirmar claramente o seguinte: esta tese, para muitos tão simples e evidente, não tem nenhuma base racional, e

isto está *demonstrado* em alguns escritos neo-ricardianos dos anos 60. Esta idéia deve toda a sua “evidência” e o seu peso, mesmo no espírito de muitos marxistas (como Hodgson o sugeriu com razão),<sup>11</sup> à influência que consciente ou inconscientemente exerce, sobre eles, a ideologia dominante, isto é, a teoria econômica conservadora (neoclássica), que sustenta exatamente a mesma concepção.

Não diremos mais do que isto. Para muitos, já teremos certamente dito mais do que devíamos, sobretudo para aqueles que, em seu imediatismo, costumam medir o que se deve ou não dizer mais pelas chamadas “conseqüências políticas” (imediatas) daquilo que é dito do que com base em um compromisso fundamental com a verdade, quando este é, de fato, o único procedimento politicamente promissor e viável no longo prazo. Concluindo, e para evitar qualquer mal-entendido, devemos advertir que seria indevido depreender do conjunto de observações críticas aqui desenvolvidas que, a nosso ver, o livro de Castells não merece ser lido. Ao contrário, contém muitas análises interessantes, uma ampla bibliografia e, mesmo em seus defeitos, é de certo modo representativo do estado atual da reflexão teórica marxista sobre as questões que aborda. Devemos particularmente chamar a atenção do leitor para o fato de que, por motivos de espaço e outros, não nos foi possível dar a merecida atenção ao belo prefácio autobiográfico desta obra. Um prefácio que começa com estas palavras, que gostaríamos não de pôr em dúvida, mas, ao contrário, de sublinhar e subscrever:

“Estamos no limiar de um novo mundo.”

<sup>11</sup> Geoff Hodgson, *op. cit.*, pp. 62 e 69-70.

Pesquisa e planejamento econômico. v. 1 —

n. 1 — jun. 1971 — Rio de Janeiro,  
Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1971 —

v. — quadrimestral

Titulo anterior: Pesquisa e Planejamento v. 1, n. 1 e 2, 1971.  
Periodicidade anterior. Semestral de 1971-1975.

1. Economia — Pesquisa — Periódicos. 2. Planejamento  
Econômico — Brasil. I. Brasil. Instituto de Planejamento Eco-  
nômico e Social.



CDD 330.05  
CDU 33(81) (05)

**IPEA — Serviço Editorial:** Nilson Souto Maior (Revisão):  
Gilberto Vilar de Carvalho (Coordenação de vendas).

---

---

Composto e impresso no Centro de Serviços Gráficos do IBGE, Rio de Janeiro, RJ